



Demonstrações
Financeiras
Unimed Sul Paulista
Coop. de Trab. Médico

Exercício Findos em 31 de dezembro de 2021



Unimed Sul Paulista Cooperativa de Trabalho Médico
Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo			
Circulante		25.835.353	23.494.732
Disponível		4.469.484	4.473.019
Realizável		21.365.869	19.021.713
Aplicações financeiras	5	13.681.548	12.115.307
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		5.824.810	5.557.536
Aplicações livres		7.856.738	6.557.771
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	2.659.955	2.262.371
Contraprestações pecuniárias a receber		391.947	249.363
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		1.958.573	991.529
Outros créditos de operações de Planos de Assistência à Saúde		309.435	1.021.479
Créditos de oper.de assist.à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	7	2.104.791	2.508.317
Créditos tributários e previdenciários	8	1.085.562	930.590
Bens e títulos a receber	9	1.769.795	1.097.889
Despesas antecipadas		45.494	44.838
Conta corrente com cooperados		18.724	62.401
Não circulante		26.207.624	16.940.927
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais e fiscais		1.804.200	256.611
Investimentos	10	5.735.383	5.560.026
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		5.735.383	5.560.026
Participações em outras sociedades		5.735.383	5.068.000
Imobilizado	11	17.812.019	10.903.268
Imóveis de uso próprio: hospitalares		11.378.558	6.504.365
Imóveis de uso próprio: não hospitalares		8.485	11.321
Bens móveis: hospitalares		3.602.477	3.265.058
Bens móveis: não hospitalares		1.170.151	593.149
Outras imobilizações: hospitalares		1.652.348	529.375
Intangível	12	856.022	221.022
Total do ativo		52.042.977	40.435.659

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Sul Paulista Cooperativa de Trabalho Médico
Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(em reais)

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante		17.376.131	12.911.599
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	<u>4.036.928</u>	<u>4.069.295</u>
Provisão de prêmio/ contraprestação não ganhas - PPCNG		942.676	918.944
Provisão para remissão		5.800	17.018
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		189.890	195.713
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais		1.427.041	1.108.182
Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		1.471.521	1.829.438
Contraprestação pecuniária recebida antecipadamente		517.102	689.200
Débitos de operações assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	14	1.809.346	1.453.315
Provisões para o IRPJ e CSLL		321.519	323.784
Tributos e encargos sociais a recolher	15	1.619.351	1.491.737
Empréstimos e financiamentos a pagar	16	1.545.494	395.116
Débitos diversos	17	7.347.059	4.391.861
Conta corrente com cooperados		<u>179.332</u>	<u>97.291</u>
Não circulante		5.919.197	1.299.023
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	254.702	277.629
Provisões judiciais	18	2.929.768	940.238
Empréstimos e financiamentos a pagar	16	1.124.356	70.785
Débitos diversos	17	1.610.371	10.371
Patrimônio líquido	20	28.747.649	26.225.037
Capital social integralizado		<u>7.777.073</u>	<u>7.332.431</u>
Reservas:		<u>20.441.735</u>	<u>18.464.960</u>
Reserva legal		12.916.647	12.554.454
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		3.725.818	2.111.236
Reserva fundo de sinistralidade		3.799.270	3.799.270
Sobras à disposição da AGO		528.841	427.646
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>52.042.977</u>	<u>40.435.659</u>

Unimed Sul Paulista Cooperativa de Trabalho Médico
Demonstrações de Resultado dos
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(em reais)

Descrição	Nota	2021	2020
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		90.489.021	78.069.646
Ingressos com operações de assistência à saúde		92.314.172	80.010.233
Ingressos de contraprestações líquidas		92.306.515	79.886.805
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		7.657	123.428
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(1.825.151)	(1.940.587)
Eventos indenizáveis líquidos	21	(65.853.324)	(50.880.533)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		(66.211.241)	(51.137.752)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		357.917	257.219
Sobra das operações com planos de assistência à saúde		24.635.697	27.189.113
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		93.878	227.237
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	23	12.196.918	7.174.178
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		6.557.291	3.389.492
Receita com administração de intercâmbio eventual		445.009	462.841
Outros ingressos/ receitas operacionais		5.640.176	3.643.309
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(445.558)	(321.464)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(3.609.641)	(2.436.987)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde		(2.523.053)	(1.709.034)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(362.732)	(245.931)
Provisão para perdas sobre créditos		(723.856)	(482.022)
Outros dispêndios/ despesas operac.de assist.à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	24	(14.038.085)	(15.726.424)
Resultado bruto		19.278.767	16.427.117
Dispêndios/ despesas com comercialização		(152.348)	(195.240)
Dispêndios/ despesas administrativas	25	(14.556.774)	(9.739.563)
Resultado financeiro líquido	26	(473.812)	422.865
Ingressos/ receitas financeiras		1.100.183	768.209
Dispêndios/ despesas financeiras		(1.573.995)	(345.344)
Resultado patrimonial		96.312	452.940
Ingressos/ receitas patrimoniais		103.488	465.504
Dispêndios/ despesas patrimoniais		(7.176)	(12.564)
Sobra antes dos tributos e das participações		4.192.145	7.368.119
IRPJ	27	(202.192)	(262.951)
CSLL	27	(91.079)	(103.302)
Participações sobre o lucro		(85.990)	(77.066)
Sobra líquida do exercício		3.812.884	6.924.800

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Sul Paulista Cooperativa de Trabalho Médico
Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(em reais)

Descrição	2021	2020
Sobra líquida do exercício	<u>3.812.884</u>	<u>6.924.800</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>3.812.884</u>	<u>6.924.800</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Unimed Sul Paulista Cooperativa de Trabalho Médico
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(em reais)

Descrição	Capital social	Reservas		Reservas de contingências	Sobras à disposição da AGO	Total
		Reserva legal	RATES			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	6.957.630	11.910.232	1.306.541	-	299.874	20.474.277
Destinações conforme AGO 2020:						
Distribuição de sobras	-	-	-	-	(299.874)	(299.874)
Integralização de Capital	374.801	-	-	-	-	374.801
Antecipação de sobras	-	-	-	-	(1.248.967)	(1.248.967)
Sobras líquida do exercício	-	-	-	-	6.924.800	6.924.800
Transferência do resultado com terceiros para RATES	-	-	482.584	-	(482.584)	-
Constituição das reservas estatutárias:						
Fundo de Reserva - 10%	-	644.222	-	-	(644.222)	-
RATES - 5%	-	-	322.111	-	(322.111)	-
Transferência para reserva "Ad referendum" da AGO	-	-	-	3.799.270	(3.799.270)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.332.431	12.554.454	2.111.236	3.799.270	427.646	26.225.037
Destinações conforme AGO 2021:						
Distribuição de sobras	-	-	-	-	(427.646)	(427.646)
Integralização de Capital	618.093	-	-	-	-	618.093
Baixas de capital	(173.451)	-	-	-	-	(173.451)
Antecipação de sobras	-	-	-	-	(1.307.268)	(1.307.268)
Sobras líquida do exercício	-	-	-	-	3.812.884	3.812.884
Transferência do resultado com terceiros para RATES	-	-	190.947	-	(190.947)	-
Constituição das reservas estatutárias:						
Fundo de Reserva - 10%	-	362.193	-	-	(362.193)	-
RATES - 5%	-	-	181.097	-	(181.097)	-
Transferência para reserva "Ad referendum" da AGO	-	-	1.242.538	-	(1.242.538)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.777.073	12.916.647	3.725.818	3.799.270	528.841	28.747.649

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Sul Paulista Cooperativa de Trabalho Médico
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – método direto
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(em reais)

	2021	2020
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos de saúde	90.473.366	76.715.887
(+) Recebimentos de juros de aplicações financeiras	527.113	272.631
(+) Outros recebimentos operacionais	21.715.229	13.123.566
(-) Pagamentos a fornecedores/prestadores serv. saúde	(84.072.707)	(69.387.671)
(-) Pagamentos de comissões	(90.411)	(90.165)
(-) Pagamentos de pessoal	(2.773.406)	(3.690.728)
(-) Pagamentos de pró-labore	(1.198.545)	(956.393)
(-) Pagamentos de serviços de terceiros	(2.664.928)	(1.816.470)
(-) Pagamentos de tributos	(9.381.802)	(4.592.105)
(-) Pagamentos de processos judiciais cíveis/trabalhistas/tributários	(49.518)	(33.126)
(-) Pagamentos de aluguéis	(489.748)	(440.027)
(-) Pagamentos de promoção/publicidade	(886.389)	(507.576)
(-) Aplicações financeiras	(1.000.626)	-
(-) Outros pagamentos operacionais	(7.955.435)	(2.611.122)
Caixa líquido das atividades operacionais	2.152.193	5.986.701
Atividades de investimentos		
(+) Recebimentos de dividendos	-	50.557
(+) Recebimentos de venda de ativo imobilizado - hospitalar	-	-
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(2.346.898)	(1.275.824)
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros	(1.225.604)	-
(-) Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas	-	-
(-) Outros pagamentos das atividades de investimento	-	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(3.572.502)	(1.225.267)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
(+) Integralização de capital em dinheiro	153.064	153.064
(+) Recebimento empréstimos/financiamentos	2.810.681	-
(-) Pagamentos de juros - empréstimos/financiamentos/leasing	(8.784)	(68.418)
(-) Pagamentos de amortização de empréstimos/financiamentos/leasing	(240.059)	(860.086)
(-) Pagamento de participação nos resultados	(1.216.088)	(1.211.115)
(-) Outros pagamentos das atividades de financiamento	(82.040)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	1.416.774	(1.986.555)
Varição líquida do caixa	(3.535)	2.774.879
Demonstração da variação do caixa		
Caixa e conta movimento de bancos no fim do exercício	4.469.484	4.473.019
Caixa e conta movimento de bancos no início do exercício	4.473.019	1.698.140
Aumento ou das disponibilidades	(3.535)	2.774.879

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Sul Paulista Cooperativa de Trabalho Médico
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

1. Contexto operacional

A Unimed Sul Paulista - Cooperativa de Trabalho Médico, que contava com 108 cooperados no final de 2021 (107 em 2020), respectivamente tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica para sua defesa econômico-social, prestando - lhes serviços para proporcionar melhores condições de trabalho para o exercício de suas atividades junto ao mercado, através da disponibilização dos serviços de seus cooperados e atos complementares aos mesmos serviços, atendendo a finalidade da sociedade cooperativa.

A Cooperativa tem como atividade preponderante a comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas nas modalidades de valor determinado (preestabelecidos) e por serviços prestados (pós-estabelecidos), a serem atendidos pelos médicos associados, pela rede credenciada e pelos recursos próprios.

A Cooperativa conta com um Hospital 24 horas, um núcleo de atenção integral a saúde, unidade de Fisioterapia, Serviço de Atenção Domiciliar, Unimed Reabilita espaço de reabilitação interdisciplinar referência no atendimento às crianças com deficiências motoras, cognitivas ou sensoriais, um Ambulatório na cidade Angatuba, um Ambulatório na cidade de São Miguel, centro administrativo localizados no município Itapetininga para atendimento aos conveniados e particulares.

1.1 Impactos da pandemia COVID-19 nas demonstrações financeiras

A Cooperativa adotou medidas e ações para combater a disseminação do novo Coronavírus logo que foi declarada a pandemia mundial pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Foi criado um Comitê de Crise com o objetivo de avaliar os impactos e riscos relativos aos negócios da Cooperativa. Foram desenvolvidos e implantados planos de contingência para manter a operação assegurando o bem-estar e saúde dos beneficiários, colaboradores e cooperados. Ações de comunicação e orientação em relação aos hábitos de higiene pessoal, ambiental e dos alimentos, necessários para prevenção e controle do novo Coronavírus, foram realizadas por meio de cartazes, panfletos, mídias sociais, rádio, lives e e-mails. Instalação de barreiras nos locais de atendimentos aos beneficiários, em refeitórios para os colaboradores e prestadores de serviços contratados.

Uma tenda foi instalada na área externa ao PA – Pronto Atendimento, para atendimentos a pacientes com sintomas respiratórios em ambiente diferenciado e adequado, separado das outras consultas do Pronto Atendimento do hospital da cooperativa. Os pacientes nestas condições passaram por triagem nesta tenda. Houve a formação e treinamento de 4 novas

equipes médicas para atendimento assistencial; além de reforço substancial do estoque disponível de EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, necessários aos atendimentos, como máscaras cirúrgicas, aventais, óculos e luvas;

Houve alteração do sistema de visitas e do fluxo de acesso dos pacientes oncológicos pelas áreas externas do Hospital, suspensão de todas as cirurgias eletivas com continuidade de agendamento de cirurgias de urgências e oncológicas no plano de contingência COVID-19. Teleatendimento, para apoio aos beneficiários, suporte emocional com roda de conversa com colaboradores e sessões psicoterápicas. Criado “projeto “visita na Janela” e “visita Digital” para os pacientes De Internação Clínica e Terapia Intensiva com acompanhamento de psicologia e serviço social nos recursos próprios.

Com os colaboradores foram realizadas ações de trabalho home office, reuniões online, distribuição de máscaras, ações educativas sobre o novo Coronavírus, orientações e treinamentos internos de Paramentação e Desparamentação de EPIs.

Com os cooperados foram realizados cursos de capacitação para treinar as habilidades de manejo com pacientes com a Covid-19 e criação de book de protocolos assistenciais, com a população foram efetuadas ações de comunicação constante.

Esse rol de ações, visando a segurança de beneficiários, colaboradores, cooperados e da comunidade, teve impacto direto no caixa da cooperativa, cujo investimento foi de R\$ 1,7 milhões com a medicamentos hospitalares, compra de testes Covid-19, materiais de proteção, gastos com pessoal como horas extras, plantões e contratações para substituição nos casos de afastamentos, alterações estruturais e equipamentos de uso em pacientes de Covid-19.

No sentido de resguardar a continuidade operacional normal diante das incertezas do momento atual, a Administração da Cooperativa adotou medidas como: contenção de despesas das áreas administrativas, adotou a modalidade de trabalho home office, aumento do estoque de materiais e medicamentos de 20 dias para 90 dias (anestésicos, medicamentos, aventais, luvas, máscaras, macacão etc.).

Apesar dos esforços realizados pela Administração da cooperativa, vacinação de todos os colaboradores e beneficiários com terceira dose da vacina não foi possível concretizar os resultados esperados para 2021 devido ao alto índice de pessoas infectadas, aumentando nossos custos e diminuindo a expectativa de resultado.

2. Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3. Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 18 de fevereiro de 2022.

b. Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 e 7 - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- Nota explicativa nº 11 - Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- Nota explicativa nº 12 - Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 13 - Provisão para eventos ocorrido e não avisados - PEONA; e
- Nota explicativa nº 18 - Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por

meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.2 Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e 14 perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

b. Disponível

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa.

c. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

f. Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

Os investimentos em controladas e coligadas não cooperativas são avaliados por equivalência patrimonial. Nesse método, a participação proporcional da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de sua investida é reconhecida no resultado não operacional.

g. Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

j.1 Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim, o cálculo “*pro rata*”

temporis” dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

j.2 Provisão para remissão

Decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela RN 104 da ANS. É calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. A provisão é segregada entre benefícios concedidos e benefícios a conceder, conforme segue: Benefícios concedidos: quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

j.3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

j.4 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

j.5 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009, a Cooperativa deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. A Cooperativa registrou a provisão até agosto de 2016 com base na RN supracitada e a partir de setembro de 2016, elaborou Nota Técnica Atuarial.

j.6 Outras Provisões

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das

Operadoras (“DIOPE”), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

k. Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n. Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o. Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são alocadas entre atos cooperativos e não cooperativos na proporção do faturamento desses atos, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

p. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método 19 da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

r. Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

s. Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Operadora.

t. Novos pronunciamentos contábeis emitidos e não adotadas

O novo Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras de planos de saúde, instituído pela RN n.º 472/2021, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, requer a adoção dos seguintes pronunciamentos já emitidos, mas ainda não adotados até a data de emissão das demonstrações financeiras da Cooperativa, sendo eles:

IFRS	CPC	Pronunciamentos	Data de entrada em vigor ANS
IFRS 16	CPC 06 (R2)	Arrendamentos	1º/01/2022
IFRS 15	CPC 47	Receita de Contrato com Cliente	1º/01/2022

- CPC 06 R2 (IFRS 16)

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Com relação à natureza das despesas relacionadas com estes contratos, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com a junção do custo de depreciação dos ativos de direito de uso e da despesa de juros sobre os passivos de arrendamentos, passando a registrar em despesas financeiras. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

Até o encerramento deste relatório ainda não foi possível mensurar o impacto da adoção do CPC 06 sobre as demonstrações financeiras para o exercício 2022, pois a Cooperativa está procedendo o levantamento de todos os contratos de arrendamentos e realizando o alinhamento com a norma contábil.

- CPC 47 (IFRS 15)

O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador.

Em atendimento ao novo plano de contas, a Cooperativa modificará a contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passará a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas constará apenas a taxa de administração cobrada. As modificações serão feitas a partir de janeiro de 2022.

5. Aplicações financeiras



Modalidade	2021	2020
Aplicações garantidoras de provisões técnicas(i)		
ITAU SAUDE RF CP FIC	5.824.810	2.978.370
CDB/RBD	-	2.579.166
	5.824.810	5.557.536
Aplicações Livres		
RDC UNINVEST - Unicred	6.753.590	6.499.571
Porto Seguro Capitalização	62.700	58.200
Outros títulos de renda fixa	1.040.448	-
	7.856.738	6.557.771
	13.681.548	12.115.307

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

(i). As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2021			2020		
	Pré pagamento	Pós pagamento	Total	Pré pagamento	Pós pagamento	Total
Contraprestações pecuniárias a receber						
Plano Individual	250.016	59.575	309.591	148.211	58.101	206.312
Plano empresarial/coletivo	176.011	-	176.011	78.815	-	78.815
(-) PPSC	(93.654)	-	(93.654)	(35.764)	-	(35.764)
	332.373	59.575	391.948	191.262	58.101	249.363
Contraprestações de corresponsabilidade assumida						
Corresponsabilidade assumida	-	2.258.353	2.258.353	-	1.169.601	1.169.601
(-) PPSC	-	(299.781)	(299.781)	-	(178.072)	(178.072)
	-	1.958.572	1.958.572	-	991.529	991.529
Outros créditos de oper. de Planos de Assist. à Saúde						
Plano Individual	245.227	-	245.227	-	-	-
Plano empresarial/coletivo	64.208	-	64.208	1.021.479	-	1.021.479
	309.435	-	309.435	1.021.479	-	1.021.479
	641.808	2.018.147	2.659.955	1.212.741	1.049.630	2.262.371

A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

7. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2021	2020
Intercâmbio a faturar	1.618.090	2.182.835
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (i)	825.242	636.964
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (ii)	(338.541)	(311.482)
	2.104.791	2.508.317

(i). Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.

(ii). A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

8. Créditos tributários e previdenciários

Descrição	2021	2020
IRRF	253.348	174.945
IRPJ a restituir	237.829	248.923
ISS a compensar	4.057	4.058
CSLL a restituir	143.508	58.398
INSS a restituir	156.221	156.221
PIS	51.667	51.212
COFINS	238.417	236.318
FGTS	515	515
	1.085.562	930.590

Os saldos estão compostos, substancialmente por impostos retidos da fonte pendentes de compensação.

9. Bens e títulos a receber

Descrição	2021	2020
Estoque de materiais e medicamentos (i)	1.072.815	505.803
Títulos a receber	20.852	22.195
Outros créditos a receber		
Adiantamentos	370.544	351.876
Cartão de crédito a receber	309.663	219.909
Títulos protestados judicialmente	990.543	992.728
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(994.622)	(994.622)
	1.769.795	1.097.889

- (i). Os estoques são avaliados ao custo médio ponderado de aquisição, substancialmente composto por materiais e medicamentos hospitalares.

10. Investimentos

a. Composição do saldo

Descrição	2021	2020
Participações em instituições reguladas		
Unimed São Paulo Participações	1.856.794	1.765.473
Federação das Unimed do Estado de São Paulo	1.290.210	1.290.210
Unimed Central Nacional	312.746	297.570
	3.459.750	3.353.253
Participações em instituições não reguladas		
Unimed Cooperativa de Bens e Serviços	1.337.081	1.337.081
Unicred Campinas	462.745	393.885
LNA IPT Diagnósticos Médicos Ltda.	300.000	300.000
Unimed Seguradora	100.000	100.000
Unimed Sudeste Paulista	75.807	75.807
	2.275.633	2.206.773
	5.735.383	5.560.026

b. Movimentação dos investimentos

Descrição	31/12/2019	Adições	Incorporação de juros/sobras ao capital		31/12/2020	Adições	Incorporação de juros/sobras ao capital		31/12/2021
Participações em instituições reguladas									
Unimed São Paulo Participações	1.469.535	-	295.938	-	1.765.473	-	91.321	-	1.856.794
Federação das Unimed do Estado de São Paulo	1.290.210	-	-	-	1.290.210	-	-	-	1.290.210
Unimed Central Nacional	270.027	-	27.543	-	297.570	-	15.176	-	312.746
	3.029.772	-	323.481	-	3.353.253	-	106.497	-	3.459.750
Participações em instituições não reguladas									
Unicred Campinas	393.885	-	-	-	393.885	68.860	-	-	462.745
Unimed Cooperativa de Bens e Serviços	1.268.536	68.545	-	-	1.337.081	-	-	-	1.337.081
Unimed Sudeste Paulista	75.807	-	-	-	75.807	-	-	-	75.807
LNA IPT Diagnósticos Médicos Ltda.	300.000	-	-	-	300.000	-	-	-	300.000
Unimed Seguradora S/A	-	100.000	-	-	100.000	-	-	-	100.000
	2.038.228	168.545	-	-	2.206.773	68.860	-	-	2.275.633
	5.068.000	168.545	323.481	-	5.560.026	68.860	106.497	-	5.735.383

11. Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	2021	2020
				Líquido	Líquido
Terrenos		5.181.325	-	5.181.325	68.778
Edificações	de 2,63% a 6,67% a.a.	9.564.364	(3.358.646)	6.205.718	6.446.908
Instalações	10% a.a.	183.489	(66.964)	116.525	40.940
Aparelhos e equipamentos	de 10% a 20% a.a.	7.118.408	(4.183.260)	2.935.148	2.599.998
Veículos	20%	968.548	(644.958)	323.590	400.383
Móveis e utensílios	10%	1.673.622	(1.090.141)	583.481	374.296
Computadores e periféricos	20%	2.233.896	(1.420.012)	813.884	442.589
Outras imobilizações	20%	16.335	(16.335)	-	-
Benfeitoria em imóveis de 3º	20% a.a.	2.123.907	(471.559)	1.652.348	529.376
		29.063.894	(11.251.875)	17.812.019	10.903.268

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2021, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b. Movimentação do custo histórico

Descrição	1º/1/2020	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2020	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2021
Terrenos	68.778	-	-	-	68.778	5.112.547	-	-	5.181.325
Edificações	9.564.364	-	-	-	9.564.364	-	-	-	9.564.364
Instalações	79.531	20.976	-	107	100.614	82.875	-	-	183.489
Aparelhos e equipamentos	6.845.969	228.892	(37.921)	(7.154)	7.029.786	834.046	-	(745.424)	7.118.408
Veículos	696.048	203.800	-	-	899.848	68.700	-	-	968.548
Móveis e utensílios	1.425.919	104.806	(2.365)	(4.424)	1.523.936	302.369	(1.747)	(150.936)	1.673.622
Computadores e periféricos	2.128.173	125.706	-	(20.891)	2.232.988	616.198	-	(615.290)	2.233.896
Outras imobilizações	16.335	-	-	-	16.335	-	-	-	16.335
Benfeitoria em imóveis de 3º	813.019	187.492	(196.709)	-	803.802	1.326.545	(6.440)	-	2.123.907
	21.638.136	871.672	(236.995)	(32.362)	22.240.451	8.343.280	(8.187)	(1.511.650)	29.063.894

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	1º/1/2020	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2020	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2021
Edificações	(2.875.605)	(241.851)	-	-	(3.117.456)	(241.190)	-	-	(3.358.646)
Instalações	(53.858)	(5.709)	-	(107)	(59.674)	(7.290)	-	-	(66.964)
Aparelhos e equipamentos	(4.026.091)	(441.884)	36.988	1.199	(4.429.788)	(498.837)	-	745.365	(4.183.260)
Veículos	(403.718)	(95.747)	-	-	(499.465)	(145.493)	-	-	(644.958)
Móveis e utensílios	(1.072.040)	(83.915)	1.891	4.424	(1.149.640)	(91.929)	433	150.995	(1.090.141)
Computadores e periféricos	(1.640.512)	(176.733)	-	26.846	(1.790.399)	(244.903)	-	615.290	(1.420.012)
Outras imobilizações	(16.335)	-	-	-	(16.335)	-	-	-	(16.335)
Benfeitoria em imóveis de 3º	(355.342)	(105.317)	186.232	-	(274.427)	(197.132)	-	-	(471.559)
	(10.443.501)	(1.151.156)	225.111	32.362	(11.337.184)	(1.426.774)	433	1.511.650	(11.251.875)

12. Intangível

a. Movimentação do custo histórico

Descrição	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	2021	2020
				Total	Total
Software	20%	1.916.193	(1.060.171)	856.022	221.022

b. Movimentação da amortização acumulada

Descrição	1º/1/2020	Adição	Baixa	31/12/2020	Adição	Baixa	31/12/2021
Custo histórico	1.087.870	76.311	(4.062)	1.160.119	760.393	(4.319)	1.916.193
(-) Amortização acumulada	(845.950)	(93.147)	-	(939.097)	(121.074)	-	(1.060.171)
	241.920	(16.836)	(4.062)	221.022	639.319	(4.319)	856.022

13. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

(i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG é constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referentes ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

(ii) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.

(iii). Provisão constituída sobre planos que possuem cláusula de remissão, destinada à cobertura de assistência médico-hospitalar aos dependentes em caso de falecimento do usuário titular, apurada com base na metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.

(iv). Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas. Existem depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 121.442.

(v). A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no Passivo Circulante, foi constituída a partir de janeiro de 2008 com base na Resolução Normativa - RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados

contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão até agosto de 2016 com base na RN e a partir de 16 de setembro de 2016, elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão conforme ofício nº 1214/2016 (GGAME(COATU)/DIOPE/ANS).

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 451/2020, RN 227/2010, RN 392/2015, RN 393/2015 e alterações vigentes:

- Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA): representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 9.726.595 para 31 de dezembro de 2021 (R\$ 8.977.014 em 2020), multiplicado pelo fator $K=4,76\%$ que equivale a R\$ 462.986 (R\$ 427.306 em 2020) e;
- Margem de Solvência: Determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Plano de Saúde deverá atingir. Esse critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

a.1. 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou:

- Modalidade de preço preestabelecido: R\$ 71.867.710 em dezembro de 2021 (R\$ 65.003.872 em 2020); e;
- Modalidade de preço pós-estabelecido: R\$ 15.632.871 em dezembro de 2021 (R\$ 12.040.630 em 2020).

a.2. 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 (trinta e seis) meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou:

- Modalidade de preço preestabelecido: R\$ 123.102.292 em dezembro de 2021 (R\$ 116.108.838 em 2020); e;
- Modalidade de preço pós-estabelecido: R\$ 68.017.952 em dezembro de 2021 (R\$ 56.522.715 em 2020).

A Margem de Solvência Exigida apresentada é de R\$ 16.215.608 (R\$ 14.679.827 em 2020) e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 27.846.133 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 22.159.906 em 2020). Estando, portanto, em conformidade em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

14. Débitos de operações assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2021	2020
Rede contratada/credenciada	1.739.158	1.453.315
Outros	70.188	-
	1.809.346	1.453.315

Referem-se a valores a pagar à rede prestadora relativa a atendimentos médico-hospitalar aos beneficiários não relacionados com plano de saúde da própria operadora, ou seja, atendimentos por meio de intercâmbio eventual.

15. Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2021	2020
IRRF	754.987	662.024
INSS	559.296	464.856
FGTS	134.784	118.195
COFINS	42.121	80.790
PIS	6.845	13.128
ISS	44.145	75.863
PIS/COFINS/CSLL retidos	76.593	76.339
Contribuição sindical	580	542
	1.619.351	1.491.737

16. Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Vencimento final	2021			2020		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Consolidado folha	-	-	-	-	388	-	388
Financiamentos	ian/23	172.685	10.881	183.566	394.728	70.785	465.513
Capital de giro	set/23	1.372.809	1.113.475				
		1.545.494	1.124.356	183.566	395.116	70.785	465.901

As garantias são avais da diretoria e alienação de bens.

17. Débitos diversos

Descrição	2021	2020
Circulante		
Obrigações com pessoal	3.249.801	2.760.831
Fornecedores (i)	2.061.302	1.628.323
Depósitos de beneficiários	115.956	2.707
Aquisição imóvel hospital (i)	1.920.000	-
	<u>7.347.059</u>	<u>4.391.861</u>
Não circulante		
Devolução de CH	2.416	2.416
Pagamento com discussão judicial	7.955	7.955
Aquisição imóvel hospital (i)	1.600.000	-
	<u>1.610.371</u>	<u>10.371</u>
	<u>8.957.430</u>	<u>4.402.232</u>

(i). Substancialmente composto por valores a pagar para fornecedores de materiais e medicamentos hospitalares.

18. Provisões judiciais

Descrição	2021	2020
Tributária - Municipal (i)	787.343	552.342
Tributária - Federal (ii)	1.327.643	-
Cíveis (iii)	814.782	387.896
	<u>2.929.768</u>	<u>940.238</u>

(i). Representado pela provisão constituída conservadoramente sobre as contingências tributárias relacionadas ao ISS sobre os serviços prestados aos beneficiários que residem fora do município de Itapetininga.

(ii). A Cooperativa reconheceu a provisão para contingência tributária referente aos débitos de PIS e COFINS do exercício de 2010, no montante de R\$ 1.327.643. Conservadoramente a Administração realizou o depósito judicial no valor da ação discutida.

(iii). O valor provisionado em 2021 representa 12 ações cíveis indenizatórias a usuários de plano de saúde da Cooperativa.

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer em face de eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

19. Passivos contingentes

A Cooperativa discute aproximadamente 46 ações cíveis indenizatórias no montante de R\$ 7.933.558, duas ações trabalhista no montante de R\$ 69.169 e ações tributárias no montante de R\$ 3.475.701 composto pelas seguintes execuções fiscais:

Agente	Histórico	Valores
Fazenda Nacional	PIS/COFINS de 2010	3.375.701
União Federal	Débitos pendentes	100.000
		<u>3.475.701</u>

A opinião dos consultores jurídicos quanto à probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2021 é que o desfecho desses processos, pelo andamento atual, classifica-se como possível, mas não provável. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foram constituídas provisões.

20. Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, serão atribuídos juros de até 12% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobra no final do exercício com valores definidos na Assembleia Geral Ordinária.

b. Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES, destinada à prestação de
- assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c. Reserva de contingências

www.unimedspaulista.coop.br

Sede Central

Rua Virgílio de Rezende, 810 - Centro

CEP: 18200-046 - Itapetininga SP

T. (15) 3275-7105

Constituída com o objetivo de suportar a Cooperativa diante de demandas judiciais tributárias, administrativas ou assistenciais. Caso não venha a se concretizar a necessidade de utilização, ela será revertida para Reserva legal e/ou RATES, conforme determinação da Assembleia Geral.

d. Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com o usufruto dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. Em 2021 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 528.841 (R\$ 427.646 em 2020), conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2021	2020
Sobra líquida do exercício	3.812.884	6.924.800
Antecipação de sobras	(1.307.268)	(1.248.966)
Transferência do resultado com terceiros para RATES	(190.947)	(482.584)
Constituição de reservas estatutárias:		
Reserva legal - 10%	(362.193)	(644.223)
RATES - 5%	(181.097)	(322.111)
Transferência para reserva de contingências "ad referendum" da AGO	-	(3.799.270)
Transferência para RATES "ad referendum" da AGO	(1.242.538)	-
Sobras à disposição da AGO	528.841	427.646

21. Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

Descrição	2021	2020
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados		
Consulta médica	(5.880.341)	(5.988.656)
Exames	(14.007.215)	(12.046.391)
Terapias	(11.034.493)	(9.132.718)
Internações	(35.076.133)	(23.826.182)
Outros atendimentos ambulatoriais	(53.425)	(59.184)
Sistema Único de Saúde - SUS	(159.635)	(84.621)
	(66.211.242)	(51.137.752)
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	357.918	257.219
	(65.853.324)	(50.880.533)

22. Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido - Carteira de planos individuais/familiares após Lei 9.656/1998

Descrição	Consultas				Outros		Total
	médica	Exames	Terapias	Internações	atendimentos		
Rede própria	1.575.869	558.004	3.311.852	7.450.923	2.400		12.899.048
Rede contratada	77.381	659.286	631.984	283.302	-		1.651.953
Reembolso	(1.459.246)	(51.721)	(110.055)	(79.431)	-		(1.700.453)
Intercâmbio eventual	31.637	60.766	232.174	1.458.535	-		1.783.112
Sistema Único de Saúde - SUS	-	-	-	-	13.911		13.911
	<u>225.641</u>	<u>1.226.335</u>	<u>4.065.955</u>	<u>9.113.329</u>	<u>2.400</u>		<u>14.633.660</u>

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas - DIOPS do 4º trimestre de 2021 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

A Cooperativa registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

23. Ingressos/receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2021	2020
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		
Intercâmbio	6.045.869	3.061.642
Outras receitas com operações de assistência médico-hospitalar	511.422	327.850
	<u>6.557.291</u>	<u>3.389.492</u>
Ingressos com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		
Taxa de administração de intercâmbio	445.009	462.841
	<u>445.009</u>	<u>462.841</u>
Outros ingressos/ receitas operacionais		
Recursos próprios	5.094.256	3.036.826
Outras receitas operacionais	545.920	606.483
	<u>5.640.176</u>	<u>3.643.309</u>
	<u>12.642.476</u>	<u>7.495.642</u>

24. Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionado com planos de saúde da operadora

Descrição	2021	2020
Custo de ociosidade	(7.793.488)	(11.226.859)
Despesa com prestação de serviços - outros	(5.280.390)	(2.971.238)
Outras despesas operacionais	(964.207)	(1.528.327)
	<u>(14.038.085)</u>	<u>(15.726.424)</u>

(i). Em 2020, a Cooperativa elaborou os cálculos para medir a ociosidade do hospital, conforme critérios determinados pela administração dessa forma os saldos são reclassificados do grupo de custo assistencial para outros dispêndios.

25. Dispêndios/ despesas administrativas

Descrição	2021	2020
Pessoal	(5.799.040)	(4.842.821)
Serviços de terceiros	(2.775.020)	(1.809.249)
Localização e funcionamento	(2.144.818)	(1.520.943)
Publicidade e propaganda	(504.196)	(507.568)
Tributos	(218.472)	(191.754)
Diversas	(3.115.228)	(867.228)
	<u>(14.556.774)</u>	<u>(9.739.563)</u>

26. Resultado financeiro líquido

Descrição	2021	2020
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	756.095	398.437
Juros por recebidos em atraso	151.496	176.782
Descontos obtidos	77.504	162.879
Outros	115.088	30.111
	<u>1.100.183</u>	<u>768.209</u>
Dispêndios financeiros		
Descontos concedidos	(177.206)	(206.481)
Juros passivos	(110.507)	(73.629)
Juros por pagamento em atraso	(1.275.601)	(65.234)
Outros	(10.681)	-
	<u>(1.573.995)</u>	<u>(345.344)</u>
	<u>(473.812)</u>	<u>422.865</u>

27. Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Sobras antes dos tributos	4.192.145	7.368.119
Adições		
Juros de aplicações	613.803	294.700
Exclusões		
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(3.703.726)	(6.515.020)
Outras exclusões	(195.990)	-
Base de cálculo	906.232	1.147.799
Imposto de renda - 15%	(135.935)	(172.170)
Adicional do imposto de renda - 10%	(66.623)	(90.781)
IRPJ de períodos anteriores	366	
Imposto de renda	(202.192)	(262.951)
Contribuição social - 9%	(81.561)	(103.302)
CSLL de períodos anteriores	(9.518)	-
Contribuição social	(91.079)	(103.302)

28. Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de quatro anos para o Conselho de Administração, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 do total dos membros do Conselho de

Administração, para o Conselho Técnico o mandato é de quatro anos eleitos juntamente com o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de 2/3 de seus membros. Para o Conselho Fiscal o mandato tem prazo de um ano sendo permitida a reeleição de 1/3 de seus membros.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista.

Parte relacionada	Natureza da operação	2021	2020
Conselho de Administração	Prestação de serviços	750.316	880.126
Conselho de Administração	Diárias e pró-labore	917.908	772.766
Conselho de Administração	Capital social	998.952	514.775
Conselho Fiscal	Prestação de serviços	636.020	599.329
Conselho Fiscal	Cédula de presença	34.197	14.857
Conselho Fiscal	Capital social	429.084	347.925

29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

29.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Cooperativa não possuía contratos com operações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2021 e 2020.

29.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Cooperativa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1. Risco de taxas de juros

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2. Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

b. Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1. Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	2021	2020
Disponível		4.469.484	4.473.019
Aplicações financeiras	5	13.681.548	12.115.307
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	2.659.955	2.262.371
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	7	2.104.791	2.508.317
Bens e títulos a receber	9	1.769.795	1.097.889
Conta corrente com cooperados		18.724	62.401
		<u>24.704.297</u>	<u>22.519.304</u>

b.2. Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre as contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

(i). Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.

(ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.

(iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

29.3 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possui, aproximadamente, 35% (41% em 2020) do seu ativo total registrado como Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários).

30. Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

www.unimedulpaulista.coop.br

Sede Central

Rua Virgílio de Rezende, 810 - Centro

CEP: 18200-046 - Itapetininga SP

T. (15) 3275-7105

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 - IT 01 - Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com terceiros apresentadas em atendimento a Lei 5.764/1971, não foi base de auditoria específica de nossos auditores independentes.



- Em 2021

Descrição	Cooperado	Não cooperado	2021
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	81.756.674	8.732.347	90.489.021
Ingressos com operações de assistência à saúde	83.492.325	8.821.847	92.314.172
Ingressos de contraprestações líquidas	83.485.218	8.821.297	92.306.515
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	7.107	550	7.657
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(1.735.651)	(89.500)	(1.825.151)
Eventos indenizáveis líquidos	(58.503.778)	(7.349.546)	(65.853.324)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados	(58.836.009)	(7.375.232)	(66.211.241)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	332.231	25.686	357.917
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	23.252.896	1.382.801	24.635.697
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	93.878	-	93.878
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	12.164.982	31.936	12.196.918
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	6.557.291	-	6.557.291
Receita com administração de intercâmbio eventual	413.073	31.936	445.009
Outros ingressos/ receitas operacionais	5.640.176	-	5.640.176
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(445.558)	-	(445.558)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(3.432.635)	(177.006)	(3.609.641)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde	(2.399.330)	(123.723)	(2.523.053)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(344.945)	(17.787)	(362.732)
Provisão para perdas sobre créditos	(688.360)	(35.496)	(723.856)
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(14.035.666)	(2.419)	(14.038.085)
Resultado bruto	18.043.455	1.235.312	19.278.767
Dispêndios/ despesas com comercialização	(137.789)	(14.559)	(152.348)
Dispêndios/ despesas administrativas	(13.842.952)	(713.822)	(14.556.774)
Resultado financeiro líquido	(450.578)	(23.234)	(473.812)
Ingressos/ receitas financeiras	1.046.233	53.950	1.100.183
Dispêndios/ despesas financeiras	(1.496.811)	(77.184)	(1.573.995)
Resultado patrimonial	91.589	4.723	96.312
Ingressos/ receitas patrimoniais	98.413	5.075	103.488
Dispêndios/ despesas patrimoniais	(6.824)	(352)	(7.176)
Sobra antes da tributação e das participações	3.703.725	488.420	4.192.145
IRPJ	-	(202.192)	(202.192)
CSLL	-	(91.079)	(91.079)
Participações sobre o lucro	(81.773)	(4.217)	(85.990)
Sobra líquida do exercício	3.621.952	190.932	3.812.884

- Em 2020

Descrição	Cooperado	Não	
		cooperado	2020
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	69.728.832	8.340.814	78.069.646
Ingressos com operações de assistência à saúde	71.562.094	8.448.139	80.010.233
Ingressos de contraprestações líquidas	71.448.939	8.437.866	79.886.805
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	113.155	10.273	123.428
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(1.833.262)	(107.325)	(1.940.587)
Eventos indenizáveis líquidos	(44.007.535)	(6.872.998)	(50.880.533)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados	(44.243.346)	(6.894.406)	(51.137.752)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	235.811	21.408	257.219
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	25.721.297	1.467.816	27.189.113
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	227.237	-	227.237
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	7.135.657	38.521	7.174.178
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	3.389.492	-	3.389.492
Receita com administração de intercâmbio eventual	424.320	38.521	462.841
Outros ingressos/ receitas operacionais	3.643.309	-	3.643.309
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(321.464)	-	(321.464)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(2.302.209)	(134.778)	(2.436.987)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde	(1.614.515)	(94.519)	(1.709.034)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(232.330)	(13.601)	(245.931)
Provisão para perdas sobre créditos	(455.364)	(26.658)	(482.022)
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(15.718.801)	(7.623)	(15.726.424)
Resultado bruto	15.063.181	1.363.936	16.427.117
Dispêndios/ despesas com comercialização	(174.618)	(20.622)	(195.240)
Dispêndios/ despesas administrativas	(9.200.913)	(538.650)	(9.739.563)
Resultado financeiro líquido	399.478	23.387	422.865
Ingressos/ receitas financeiras	725.723	42.486	768.209
Dispêndios/ despesas financeiras	(326.245)	(19.099)	(345.344)
Resultado patrimonial	427.892	25.048	452.940
Ingressos/ receitas patrimoniais	439.759	25.745	465.504
Dispêndios/ despesas patrimoniais	(11.867)	(697)	(12.564)
Sobra antes da tributação e das participações	6.515.020	853.099	7.368.119
IRPJ	-	(262.951)	(262.951)
CSLL	-	(103.302)	(103.302)
Participações sobre o lucro	(72.804)	(4.262)	(77.066)
Sobra líquida do exercício	6.442.216	482.584	6.924.800

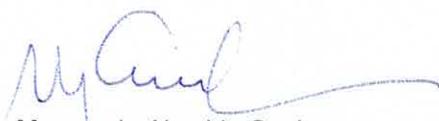
31 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado antes dos impostos e participações	4.192.145	7.368.119
Ajustes:		
Depreciações e amortizações	1.547.848	1.244.303
Resultado na alienação de bens	12.073	15.946
Juros incorporados ao capital de investimentos em cooperativas	(106.497)	(323.481)
Provisão para perdas sobre créditos	179.599	482.022
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(374.153)	(366.113)
Provisões para ações judiciais	1.989.530	528.415
	<u>7.440.545</u>	<u>8.949.211</u>
(Aumento) / Diminuição de ativos		
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(267.274)	(116.248)
Aplicações livres	(1.298.967)	(153.352)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(577.183)	(667.407)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	403.526	(848.617)
Créditos tributários e previdenciários	(154.972)	(22.957)
Bens e títulos a receber	(1.979.174)	(355.905)
Despesas antecipadas	(656)	(10.210)
Conta corrente com cooperados	43.677	(43.712)
Depósitos judiciais	(1.547.589)	(65.103)
	<u>(5.378.612)</u>	<u>(2.283.511)</u>
Aumento (diminuição) de passivo		
Eventos/ sinistros a liquidar	318.859	(188.046)
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	356.031	(94.718)
Contraprestação pecuniária recebida antecipadamente	(172.098)	196.204
Tributos e encargos sociais a recolher	125.350	452.501
Débitos diversos	(240.662)	(601.621)
Conta corrente com cooperados	82.041	-
	<u>469.521</u>	<u>(235.680)</u>
Caixa gerado nas operações	<u>2.531.454</u>	<u>6.430.020</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(293.271)	(366.253)
Participações sobre o lucro	(85.990)	(77.066)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	<u>2.152.193</u>	<u>5.986.701</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	<u>2.152.193</u>	<u>5.986.701</u>

32 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***


Dr. Marcos de Almeida Cunha
Diretor Presidente


Dr. Cláudio Barsanti Wey
Diretor Vice-Presidente


Dra. Giselle Cordeiro Saucedo Dominguez
Diretora Superintendente


Reinaldo de Souza Machado
Contador 1SP110656/0-9